



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

1 ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
2 COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

3
4 Aos trinta e um (31) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil
5 e vinte e um (2022), às quatorze horas e trinta minutos (14h30min),
6 através de vídeo conferência pelo endereço eletrônico:
7 <[https://us02web.zoom.us/j/87632359597?pwd=NETkb2haemtONn](https://us02web.zoom.us/j/87632359597?pwd=NETkb2haemtONnVOY01keURLenppQT09)
8 VOY01keURLenppQT09>ID da reunião:876 3235 9597, senha de
9 acesso: 319022, foi iniciada a trigésima primeira Reunião Ordinária
10 de Trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário (CES-Jus) do
11 Estado do Amapá, com a seguinte pauta: Dados Epidemiológicos da
12 Pandemia COVID19 no Estado do Amapá; Dados sobre a Ocupação
13 de Leitos na Rede Hospitalar pública e privada no Estado do Amapá;
14 Plano de Vacinação do Estado do Amapá Contra COVID19; Central
15 de Regulação e Prontuário Eletrônico. Foi feita a abertura da reunião
16 pelo coordenador do Comitê Estadual da Saúde – Judiciário
17 Desembargador Carlos Tork com a verificação dos participantes
18 presentes na sala virtual: **Sra. Alaíde de Paula**, Juíza titular da 4ª
19 Vara Cível e de Fazenda Pública de Macapá; **Sra. Alcaline Furtado**,
20 Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Amapá (Sindsaúde); **Sr.**
21 **Alcedir Rigelli**, do Hospital São Camilo, **Sra. Joana Leão**, da
22 UNIMED; **Sra Iracilda**, da Superintendência de Vigilância em Saúde
23 – SVS-AP; **Sra. Maracy Andrade**, Secretária Adjunta da Secretaria
24 de Estado da Saúde (SESA); **Sr. Diogo Rogers**, do Conselho de
25 Secretarias Municipais de Saúde do Amapá; **Sr. Paulinho Ramos**,
26 Deputado da Assembleia Legislativa do Amapá; **Sra. Jani Betânia**,
27 Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Autistas do Amapá
28 – AMA-AP; **Sr. Jose Mauro Secco**, da Associação Médica Brasileira
29 – AP; **Sra. Sílvia Elena Dias Martuchi**, da Universidade Federal do
30 Estado do Amapá (UNIFAP); **Sra. Larissa Oliveira**, da Ordem dos
31 Advogados do Brasil (OAB-AP); **Sr Kleverton Ramon Siqueira**
32 **Santana**, Subsecretário de Vigilância em Saúde do Município de
33 Macapá; Sr. Claudemir da Secretaria Municipal de Saúde do
34 Município de Macapá; **Sra. Maribel Nazaré**, do Núcleo de Apoio
35 Técnico Judiciário para Demandas da Saúde (NAT-JUS); **Sra.**
36 **Katiesia dos Santos Costa**, Procuradora do Ministério Público do
37 Trabalho em Macapá; Jhon Araujo, Sra. Jeanny Alfaia, Coordenador
38 da Central de Regulação-SESA; Jucélio Fleury Neto, Justiça federal,
39 Emilia Pimentel- Presidente do COREN-AP; Idelfonso Silva,
40 representante do Conselho Estadual de Saúde-AP; Ausência
41 justificada pelo WhatsApp do **Sr. Roberto Bauer**, do Ministério da
42 Saúde no Amapá. Após a apresentação da pauta e dos
43 esclarecimentos iniciais o Desembargador Carlos Tork declarou
44 aberta a reunião. Ato continuo o Coordenador do Comitê passou

M. B. B. B.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

45 Informes acerca da V Jornada de Direito a Saúde que ocorreu em
46 Salvador, fez breve resumo das atividades e temas abordados no
47 evento, destacou ainda que prestou contas das atividades
48 desenvolvidas pelo Comitê Estadual de Saúde e ressaltou sobre o
49 papel da conciliação extrajudicial e a utilização das Notas técnicas.
50 Noutro ponto passou-se a palavra a Sra. Joana que apresentou o
51 relatório do Hospital Unimed; que atualmente conta com apenas um
52 paciente internado, de caso suspeito pela COVID-19; que ocorreu
53 uma queda acentuada no mês de agosto apresentou as taxas de
54 ocupação; e apresentou dados sobre os pacientes internados
55 relacionados ao quantitativo de pacientes que tomaram as dose da
56 vacina contra a COVID19. Na sequência Sr. Alcedir apresentou os
57 dados do Hospital São Camilo, destacou que houve queda
58 acentuada no atendimento de pacientes suspeitos de casos da
59 COVID19; ressaltou que no período não houve nenhum caso de
60 óbito. Ato contínuo passou-se palavra a Sra. Iracilda que
61 apresentou o Relatório Epidemiológico número 34; destacou que o
62 Estado registrou redução de 75% de novos casos da COVID19; que
63 em relação a casos de óbitos não se fala mais em semanal e sim
64 mensal; apresentou planilha referente à cobertura vacinal da
65 população e ressaltou que a população deve continuar com os
66 cuidados básicos de combate a pandemia. No ponto a Sra. Maribel
67 questionou como está sendo trabalhada a regulamentação do uso
68 de máscara, e a frequência do esquema vacinal da vacinação contra
69 Covid-19. Em resposta Sra. Iracilda informou que ainda não existe
70 orientação do Ministério da Saúde, se irá ocorrer a cada seis meses
71 ou anualmente; que ainda aguardam informações do Ministério da
72 Saúde; que em relação ao uso de mascaras, informou que a
73 ANVISA liberou o uso por profissionais de saúde, que o uso é
74 facultativo. Noutro ponto Sra. Maribel informou que com relação a V
75 Jornada de Saúde, pretende organizar relatório das informações
76 discutidas no encontro, principalmente sobre as questões da
77 oncologia, autismo e Home Care. Noutro ponto de pauta, o Sr. Jhon
78 Araújo apresentou a Central de Regulação do Estado, e pontuou o
79 impacto positivo que tiveram na regulação de leitos, especial de UTI,
80 que anteriormente a regulação de leitos ocorria entre os médicos,
81 mas que esse quadro mudou e que dos Hospitais de Laranjal do Jarí
82 ao Oiapoque são regulados pela Central de Regulação; e apresentou
83 todos os serviços e fluxo técnico, com o quantitativo dos
84 procedimentos que atualmente são regulados, ressaltou que são
85 regulados 455 leitos; informou ainda que reuniu com Promotoria
86 Pública da Saúde para tratar sobre o Programa de Tratamento Fora
87 de Domicilio e apresentou o fluxo dos serviços oferecido tanto no
88 PTFD, quanto na regulação de pacientes que necessitam de

Maribel



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

89 transplante fora do Estado; apresentou o total de faturamento da
90 produção do SUS e a capacidade instalada de leitos disponíveis no
91 SUS, no segundo trimestre, no total de 1.190 leitos. No ponto o
92 coordenador do Comitê questionou sobre a Regulação da
93 Maternidade Bem Nascer, em resposta Sr. Jhon informou que
94 iniciou sua regulação, tendo os leitos regulados, mas que ainda não
95 funciona 100% da sua capacidade por ausência de profissionais,
96 que os leitos são regulados. Na sequência Sr. Kleverton questionou
97 sobre o processo regulatório. Em resposta Sr. Jhon informou que
98 enfrentou dificuldades no diálogo com os municípios, e que não
99 houve avanço; que o Município de Macapá entregou esse mês o
100 total de consultas, mas é necessário que o Município alimente a fila
101 de espera, acredita que em decorrência da falta de diálogo não
102 conseguiram alinhar o fluxo e que até o momento não foi chamado
103 para tratar dos protocolos referentes à regulação. No ponto o
104 Desembargador questionou o que seria necessário para construir
105 uma agenda entre a Central de Regulação do Estado e Município de
106 Macapá. Em resposta o Sr. Kleverton disse ser viável reunir e
107 delinear metas e que pode ser acompanhado pelo Comitê, pois a
108 falta de comunicação gera duplicidade na consulta e procedimentos.
109 Na oportunidade o Coordenador do Comitê sugeriu que o Município
110 de Macapá e a Central de Regulação do Estado encontrem o diálogo
111 no prazo de 30 dias; e solicitou que o relatório com os dados da
112 Regulação do Estado do Amapá fosse encaminhado ao Conselho
113 Estadual de Saúde. No ponto a Sra. Maribel solicitou o encaminhar
114 da apresentação da Central de Regulação ao NatJus. Noutro ponto
115 de pauta Sr. Claudemir discorreu sobre o Prontuário Eletrônico do
116 Município de Macapá, que o Centro de Regulação do Município de
117 Macapá funciona na Unidade Papaleo, ressaltou que o prontuário
118 eletrônico permite organizar as informações do paciente para um
119 melhor controle; que o Sistema filtra por unidade ou período no
120 faturamento enviando direto ao Ministério da Saúde, o prontuário
121 eletrônico trás uma minimização de erros e permite um melhor
122 controle para a gestão. Após apresentação Desembargador Carlos
123 Tork parabenizou a equipe do Município de Macapá pela instalação e
124 implantação do Sistema. E na sequência passou a palavra ao Sr.
125 Jucello Fleury Neto, que destacou que o objetivo do Comitê esta
126 sendo atingido, ressaltando que deve sempre manter o
127 distanciamento entre os poderes; e que conforme solicitou um
128 prazo, que irá assumir a presidência do Comitê de Saúde no ano
129 que vem. Em seguida o Coordenador do Comitê abriu para debates,
130 mas não houve questionamentos. Ato contínuo Coordenador do
131 Comitê agradeceu a colaboração de todos, encerrou a reunião, e
132 designou a próxima reunião para 28 de setembro.

MB Machado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

133

134

135

136 RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE
137 SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

138


139

140 Próxima reunião extraordinária dia 28 de setembro, às 14h30min.

141

142

143

144 Nada mais havendo a tratar, eu, Vitória Machado ,
145 Secretária executiva do CES, lavrei a presente ata que será lida e assinada
146 após aprovação por todos.

147

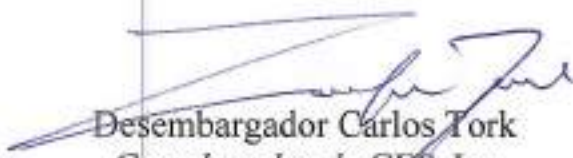
148

149

150

151

152


Desembargador Carlos Tork
Coordenador do CES-Jus